



COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE
LÉSBICAS, GAYS, BISEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO ESTADO DO PARANÁ

1 **Ata da Reunião Ordinária do Comitê LGBT – 10/06/2021**

2 No décimo dia do mês de Junho do ano de 2021, às 14h00min, via
3 videoconferência no seguinte endereço: conferencia.pr.gov.br/ComiteLGBT ,
4 deu-se início à Reunião Ordinária do Comitê de Acompanhamento da Política
5 de Promoção e Defesa dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e
6 Transexuais do Estado do Paraná (Comitê LGBT – PR). Fizeram-se presentes,
7 conforme convocação prévia, **Titular Governamental: Ana Raggio** (SEJUF) e
8 **Mara Franzoloso** (DCIST/SESA). **Titular da Sociedade Civil: Lucas Siqueira**
9 (Grupo Dignidade) e **Thainã Eloá Silva Dionízio** (CRP).
10 **Convidados(as)/Colaboradores(as):** **Thamirys Nunes** (Aliança Nacional
11 LGBTI e Grupo Dignidade); **Fernando Roberto Ruthes** (Assessor da
12 Diversidade Sexual da Prefeitura de Curitiba); **Dereck Luan** (APPAD);
13 **Karollyne Nascimento** (Transgrupo Marcela Prado); **Lucimar Godoy** (SESA);
14 **Dr. Júlio César Duailibe Salem Filho** (DPE); **Camila Menezes**
15 (DDCIST/SESA); **Juliana Taques** (DDCIST/SESA); **Andressa** (SESA); **Saulo**
16 **Gaspar** (Gestor da Política LGBT em Maringá); **Sandra Duarte**
17 (SESP/DEPEN); **Regina Vitória** (SEED); **Bruna Ravena** (Casa de Malhu);
18 **Marcelo Jeronimo** (Grupo Dignidade); **Débora Marinho** (Assessoria de
19 Direitos Humanos e Diversidade Sexual da Prefeitura de Curitiba); **Bruna**
20 **Spitzner** (Aliança LGBT Paraná/Vereadora do PODEMOS); **Dra. Andreia**
21 **Lopes** (MPT); **Janaina Plasido** (CAOP MPPR); **Rafaela Hyczy** (Assessora da
22 Vereadora Bruna); **Luana Barros** (NUCIDH/DPE); **Pietro** (APPAD); **Jasmine**
23 **Saraiva** (Movimento Estudantil); **Liza Minelly** (Grupo Esperança); **Rose**
24 **Mackfergus** (LGBTI+ Paranaíba); **Jéssica Oliveira** (SESA); **Jéssica Magno**
25 (Coordenadora da Rede Trans de Maringá); e, **Daiane Pêgo** (Residente
26 Técnica – SEJUF); **Abertura:** A coordenadora Ana Raggio iniciou a reunião

COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO ESTADO DO PARANÁ

27 saudando a todos e todas presentes solicitando uma breve apresentação
28 dos(as) participantes, logo após seguiu para a aprovação das pautas. **1.**
29 **Aprovação de pauta:** Após a apresentação, Ana agradeceu a enorme
30 representatividade presente na reunião e iniciou a leitura das pautas para
31 aprovação. Foi incluído o ponto “9. Cestas básicas para profissionais do sexo e
32 interior do Estado” por solicitação de Bruna Ravena. O ponto de pauta sobre as
33 comunidades terapêuticas foi retirado e será debatido na próxima reunião
34 ordinária do comitê. A pauta foi, então, aprovada. **2. Aprovação da ata de**
35 **reunião ordinária e extraordinária em abril de 2021:** Nenhuma alteração foi
36 solicitada e as atas foram aprovadas para publicação. **3. Plano Estadual**
37 **LGBT - retorno da SEED (Protocolo 16.487.825-2) e da SECC (Protocolo**
38 **16.487.831-7) e próximos passos:** Ana iniciou o ponto de pauta ressaltando
39 que o Plano Estadual vem sendo construído, que já obteve respostas e
40 aprovação das ações propostas pela Secretaria de Segurança Pública (SESP),
41 Secretaria de Saúde (SESA) e Superintendência de Ciência e Tecnologia de
42 Ensino Superior (SETI). Recentemente, foi recebido retorno da SEED e da
43 SECC, estes documentos foram compartilhados com os presentes pela
44 coordenadora Ana para aprovação e retorno às Secretarias com os pontos
45 necessários. O retorno da Secretaria do Estado da Educação (SEED) foi
46 enviado por email e compartilhado pela vídeo conferência. Sobre as
47 recomendações enviadas, a SEED propõe um encontro semestral com
48 professores (as), pedagogos (as), técnicos (as) pedagógicos dos núcleos
49 regionais da educação para subsidiá-los (as) pedagógica e legalmente, para
50 que, no âmbito de sua competência, orientem e acompanhem as equipes
51 diretivas e pedagógicas dos estabelecimentos de ensino em relação às
52 questões de gênero e da diversidade no âmbito da escola. Realização de
53 cursos de Direitos Humanos e Educação relativo às temáticas relacionadas ao
54 enfrentamento de preconceitos, defesa e igualdade entre mulheres e homens,

COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO ESTADO DO PARANÁ

55 tratando do tema para professores e professoras, funcionários e funcionárias
56 de escolas. O indicador é a quantidade de técnicos e técnicas das escolas
57 participantes por Núcleo Regional de Educação. As parcerias com a Secretaria
58 de Justiça, Escola de Educação em Direitos Humanos, Universidades Públicas
59 Estaduais, Comitê LGBT e o Núcleo LGBT do Ministério Público. Prazo até
60 dezembro de 2022 e o orçamento 2021/2022. Outra ação proposta foi elaborar
61 e efetivar a utilização de materiais didáticos e paradidáticos em linguagem
62 acessível em diversos formatos de modo permanente e abrangente que
63 trabalhe a temática de diversidade sexual e de gênero para distribuição nas
64 comunidades escolares com posterior formação dos (as) professores (as) e
65 estudantes. Como meta, em observância da legislação específica, criar e/ou
66 ampliar acervos nas bibliotecas escolares com obras científicas, literárias,
67 filmes e outros materiais que contribuam para a promoção do reconhecimento
68 da diversidade sexual, identidade de gênero, etnia e raça. Desenvolver
69 campanhas de prevenção a DSTs (doenças sexualmente transmissíveis) para
70 toda comunidade escolar, em busca do exercício responsável da sexualidade,
71 bem como gravidez não planejada na adolescência. Os indicadores são
72 realizar oficinas para produção e construção de metodologias para efetivação
73 do uso do material didático, avaliar a política pública de educação e defesa de
74 direitos e enfrentamentos de preconceitos relativos à orientação sexual e
75 desigualdade entre mulheres e homens nos termos da legislação educacional
76 relativa aos direitos humanos. Parcerias com Universidades Públicas e o
77 Comitê LGBT, com prazo até dezembro de 2022, sem indicação de orçamento.
78 Outra ação apresentada no retorno foi a de assegurar o enfrentamento à
79 violência e o *bullying* com base nas expressões e identidades gênero e/ou
80 orientação sexual no ensino básico. Com meta de um encontro por semestre
81 com técnicos (as) pedagógicas dos núcleos regionais de educação
82 responsáveis pela demanda de direitos humanos para subsidiá-las de forma

COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO ESTADO DO PARANÁ

83 legal e pedagogicamente para que no âmbito de sua competência possam
84 orientar as equipes diretivas e pedagógicas nos estabelecimentos de ensino
85 em relação a implementação da Lei Estadual 17335/2002, alterada pela Lei
86 19775/2018, que institui o Programa de Combate ao *Bullying* nas escolas do
87 Estado do Paraná. Produção de caderno temático em formato digital
88 conversando sobre *bullying* na escola. Não sendo apresentado indicadores e
89 parcerias, com prazo até dezembro de 2022. Sobre a ação proposta no âmbito
90 do esporte, que era promover a participação da comunidade LGBT, sobretudo
91 travestis e transsexuais masculino e feminino, de acordo a sua identidade de
92 gênero, em eventos esportivos em suas diversidades modalidades e
93 categorias, não veio uma proposta de ação específica, mas um parecer técnico
94 sobre a questão foi encaminhado: *“Após análise da documentação inserida no*
95 *protocolo, está exposto nas folhas 32 os esclarecimentos necessários sobre a*
96 *participação do atleta transgênero em competições esportivas oficiais, essa*
97 *orientação está fundamentada pela legislação internacional, pois ainda não há*
98 *legislação nacional e estadual que trata dessa questão. Portanto, não há*
99 *impedimento de participação em competições oficiais de atletas transgêneros,*
100 *pois o objetivo maior é a garantia a competição justa pelo caráter da inclusão,*
101 *sociabilização, democratização e outros princípios e valores que se sobrepõe*
102 *ao esportivo. Por fim, essa secretaria considera fundamental a sua participação*
103 *no desenvolvimento e acompanhamento de ações voltadas para garantia dos*
104 *direitos fundamentais da população LGBT no Estado do Paraná.”* Ana indica
105 que o texto lido foi um despacho que se remete às informações do Comitê
106 Olímpico Internacional (COI). A Karollyne pontuou que nas parcerias em que
107 há universidades e secretarias, conte também com a participação da sociedade
108 civil, pois é de grande importância a presença na construção dessas
109 formações. A Liza relatou que o país está vivendo um momento delicado onde
110 recentemente surgiu uma consulta pública no Senado com relação à ideologia

COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO ESTADO DO PARANÁ

111 de gênero. Portanto, as medidas descritas acima são interessantes, mas
112 poderão ser inviabilizadas devido ao segmento religioso acima desta demanda.
113 Outra questão trazida pela Liza foi sobre o uso do banheiro por pessoas trans
114 nas escolas, que necessita de uma normativa/lei para que os funcionários
115 acatem a decisão, pois muitos, infelizmente, não aceitam somente o diálogo. A
116 Regina informou que a SEED já formalizou o documento referente ao uso dos
117 banheiros por pessoas trans em escolas públicas e que sobre as capacitações
118 e participações, existe um protocolo de intenções que foi assinado pelos
119 governamentais e que a sociedade civil deve participar, porém, no momento,
120 não há formações presenciais devido a pandemia, sendo todas EAD ou grupo
121 de estudos. Portanto, a Ana salientou que como há um documento referente a
122 questão, faz-se necessária maior divulgação e que o mesmo será enviado para
123 todos os membros do comitê. Sobre a indagação feita pela Liza sobre o
124 andamento das ações referente à ideologia de gênero, Ana respondeu que
125 enquanto não há uma legislação em vigor que impeça de fato, há licença para
126 continuar planejando ações e se com o passar do tempo a Secretaria tenha
127 dificuldades na implementação de ações que venham a ser aprovadas, faz-se
128 necessária a luta por afastamento dessas medidas e legislações. Inclusive que
129 existem decisões do STF apontando que legislações municipais que
130 pretendiam vetar a ideologia de gênero nas escolas foram derrubadas. Foi
131 colocado como ponto de pauta para uma próxima reunião realizar um diálogo e
132 levantar questões sobre escolas particulares com o SINEPE. Bruna indicou a
133 necessidade de maior atenção ao público do interior nas escolas, pois a região
134 não conta com maior diversidade e luta pelos direitos LGBT como acontece
135 nas capitais, e por se tratar de locais mais “tradicionalistas” a problemática se
136 torna ainda mais inviável e excludente. Rose enfatizou a importância da
137 educação como veículo social transformador e a imensa necessidade de ações
138 voltadas para esse ambiente, maior acolhimento e identificação respeitada

COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO ESTADO DO PARANÁ

139 dentro das escolas. Rose sugeriu a elaboração de capacitações em parcerias
140 via sindicatos das categorias, campanhas informativas pedagógicas formuladas
141 de forma atrativa ao público para maior adesão e compreensão de que o
142 ensino é uma das ferramentas de sobrevivência de pessoas trans. Assim
143 sendo, Ana aponta que serão respondidos os protocolos da SEED colocando
144 maior foco no interior do estado, focos nos nomes sociais, parcerias com a
145 participação da sociedade civil na elaboração das capacitações, a mudança da
146 nomenclatura de DST para IST, da divulgação das orientações sobre o uso de
147 banheiros, do número de eventos/carga horária/formatos e sobre as
148 campanhas para atrair pessoas trans para o ambiente escolar. Outro retorno
149 recebido pela SEJUF foi da SECC por meio de um despacho, este que foi
150 compartilhado e lido na reunião pela Ana: *“Por meio do ofício 08/2021 a*
151 *Diretoria da Justiça Família e Trabalho encaminhou a recomendação 01/2020*
152 *do Comitê LGBT solicitando os préstimos da Secretaria de Estado da*
153 *Comunicação Social e da Cultura para a construção do Plano Estadual. Para*
154 *tanto, realizando diligências e demais encaminhamentos internos, essa Sec.*
155 *informa que possui equipe técnica especializada à disposição para desenvolver*
156 *e divulgar a campanha publicitária relacionada ao Plano Estadual que se*
157 *pretende criar. No entanto, considerando a informação Nº 132/2021 do GOFIS*
158 *da SEJUF contida no protocolo que aponta pela existência de previsão*
159 *orçamentária de R\$ 4.590.925,00 distribuídos em unidades orçamentárias e*
160 *fontes de recursos diversos solicitando informações adicionais a respeito do*
161 *encaminhamento financeiro pretendido pela SEJUF de maneira a viabilizar a*
162 *campanha”*. Após a leitura, Ana indica que a Secretaria não entendeu
163 completamente a informação, pois o intuito era de que eles apresentassem
164 uma proposta para o Plano Estadual e ao invés disso, eles encaminharam uma
165 solicitação de informações ao Comitê. Referente às seguintes demandas de
166 capacitação enviada à SECC: *“Capacitar e formar continuamente servidores*

COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO ESTADO DO PARANÁ

167 *públicos municipais, estaduais, gestores, conselheiros (as), profissionais*
168 *terceirizados com a produção e distribuição de materiais de apoio. Por meio de*
169 *parcerias governamentais e sociedade civil das áreas da cultura e*
170 *comunicação social, trazendo a transversalidade de mulheres, população em*
171 *situação de rua, população negra, imigrantes, refugiados, apátridas, indígenas,*
172 *comunidades tradicionais, pessoas com deficiência, pessoas idosa e juventude*
173 *em relação a igualdade de gênero, identidade de gênero, orientação sexual,*
174 *raça, etnia, procedência nacional, liberdade de crença, composição familiar,*
175 *direitos sexuais e reprodutivos, direitos humanos, situações de vulnerabilidade*
176 *e violência, políticas públicas voltadas à diversidade humana com vistas para*
177 *ampliar a intersetorialidade e melhorar a qualidade sobre serviços prestados. A*
178 *meta é elaborar e disponibilizar no site cartilhas informativas com diretrizes de*
179 *promoção de direito da diversidade para os eventos incentivados pela SIC,*
180 *unidades vinculadas e produtores independentes que realizam eventos no*
181 *interior do Estado do Paraná. O indicador é a distribuição do número de*
182 *cartilhas e a parceria é entre a SECC, municípios com sistema de cultura*
183 *implementada e produtores independentes de cultura, com prazo médio*
184 *contínuo e orçamento 2021/2022” A segunda demanda era: “Inserir a temática*
185 *Diversidade nos editais de produção cultural do Estado com vistas a possibilitar*
186 *a realização de eventos culturais, feiras, mostras anuais e entre outras*
187 *atividades que promovam o respeito às diversidades. Estimular o acessos dos*
188 *agentes culturais LGBT’s Paranaenses à incentivos fiscais, valorizando as*
189 *produções culturais que tenham impacto na promoção da diversidade. O*
190 *indicador é o Programa Estadual de Fomento e Incentivo a Cultura, com*
191 *parceria apenas da SECC com prazo longo-contínuo 2020-2022”. A terceira*
192 *demanda era: “Valorizar e preservar a memória cultural popular LGBT Estadual*
193 *fomentando a criação e manutenção de espaços culturais e centros de*
194 *documentação, bem como a produção, resgate, aquisição e circulação de*

COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO ESTADO DO PARANÁ

195 *acervos de bens materiais e imateriais referentes a essa população,*
196 *assegurando a acessibilidade à pessoa com deficiência. Como primeiras ações*
197 *seriam a realização de eventos, palestras e exposição sobre Gilda, fotos do*
198 *acervo do MIS (Museu da Imagem e do Som) Paraná, pesquisa no acervo*
199 *sobre fotografias da parada da diversidade e outras representações no acervo*
200 *do MIS-PR, estimular a aquisição de obras de artistas LGBT's pelo Museu de*
201 *Arte Contemporânea. Os indicadores seriam contabilizar público presencial ou*
202 *quantidade de acessos online em cada um dos eventos, contabilizar o número*
203 *de fotografias e vídeos encontrados no acervo sobre a temática LGBT e*
204 *atualização do Plano Museológico do MAC-PR, com parcerias da SECC com o*
205 *MIS-PR, UNESPAR, Casa da Memória, Museu Paranaense, Acadêmicos de*
206 *Pesquisa sobre Gilda, Companhias de Teatro e entre outros, prazo*
207 *médio-contínuo com orçamento 2021-2022". A quarta demanda apresentada foi*
208 *"Desenvolver projetos culturais e espetáculos artísticos em escolas e espaços*
209 *públicos que trabalhem a temática LGBT. Realização de bate-papos, curso*
210 *sobre representação LGBT no Cinema. Realização de eventos sobre*
211 *representatividade na música com artistas locais. Realização de eventos sobre*
212 *a representatividade na fotografia. Inserção de curta-metragens de recortes*
213 *temáticos LGBT's nas visitas guiadas do MIS-PR. Exibição de filmes*
214 *paranaenses com recortes temáticos LGBT's e participação de artistas LGBT's*
215 *na programação de exposições no Museu. O indicador é contabilizado pelo*
216 *público presencial ou a quantidade online em cada um dos eventos e a*
217 *abertura de Edital para projetos de exposições no MAC. As parcerias são MIS,*
218 *MAC, UNESPAR, Escolas de Curitiba, Escolas do Interior do Paraná,*
219 *Acadêmicos com pesquisas sobre LGBT's e entre outros, com prazo médio*
220 *contínuo e orçamento 2021-2022". Por fim, a última e quinta demanda*
221 *encaminhada: "Realizar debate sobre a temática LGBT no campo da Arte para*
222 *ampliar o acesso da população à produção artística com a presença de*

COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO ESTADO DO PARANÁ

223 *artistas, críticos e críticas da Arte, curadores e curadoras LGBT's na*
224 *programação do Museu. Ampliar 10% da participação de artistas LGBT's na*
225 *programação cultural do MAC-PR com palestras e oficinas. O indicador é a*
226 *programação anual do MAC. com parcerias apenas com a SECC de prazo*
227 *médio contínuo 2021-2022.” Além disso, outra ação encaminhada para a SECC*
228 *foi: “Criar e implementar campanha a ser divulgada no mês de Junho*
229 *envolvendo os órgãos públicos para divulgar e sensibilizar a população sobre*
230 *as questões alusivas ao combate a LGBTfobia”.* A ação referente a área da
231 Comunicação Social não foi respondida. Portanto, faz-se necessário avaliação
232 das ações propostas pela SECC pelos membros do Comitê. A Liza reforçou a
233 necessidade de homenagens não somente no ativismo da Capital, mas
234 também do interior que possui diversos casos e ativistas relevantes para
235 causa, salientando também que a informação chegue a essas pessoas e que
236 participem da construção conjunta dos editais. Jéssica reforçou a fala anterior,
237 explicitando que há sim uma segregação e maior marginalização do movimento
238 no interior do Estado. Bruna complementou que é de muita importância que a
239 Cultura LGBT se desenvolva como um todo igualmente no Estado do
240 Paraná. Além disso, Bruna ressaltou que os eventos LGBT's em Foz do Iguaçu
241 nunca receberam verba do Estado e muitas vezes o mesmo dificultava a
242 realização dos projetos realizados sem auxílio. Rose sugeriu que o Estado
243 realize editais específicos para a população LGBT e acompanhe a execução da
244 verba pelo município. Referente a Lei Aldir Blanc, Ana sugeriu que seja
245 encaminhado um ofício do Comitê perguntando quais foram as medidas para
246 Ativistas LGBT's no âmbito da execução da lei no Estado do Paraná e
247 apontando que é de conhecimento do Comitê que algumas artistas ainda
248 encontram dificuldades, indagando sobre a abertura de novos editais para que
249 possa ser difundida na rede com a qual o comitê tem acesso. Derek relatou
250 sobre a exclusão da população LGBT com deficiência, não havendo exposição

COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO ESTADO DO PARANÁ

251 dos casos e muito menos eventos específicos. Portanto, Derek solicita ações
252 visando esse público que é dificilmente acolhido socialmente. Karollyne
253 respondeu que foram criadas ações visando o público PCD LGBT, mas que
254 houve pouca adesão. Portanto, sobre a SECC ficou como encaminhamento
255 questionar o número de eventos, carga horária, formato e público, ampla
256 divulgação dos editais e construção conjunta dos (as) homenageados (as)
257 consultando os movimentos, bonificação para projetos que incluam artistas
258 trans, PCD e outra transversalidades, cobrar os municípios de contemplar
259 LGBT's nos Editais financiados com verba do Estado e o ofício sobre a Lei Aldir
260 Blanc. Ana sugeriu que a reunião extraordinária seja marcada para a próxima
261 semana para continuidade dos debates, tendo em vista o horário, todos (as)
262 concordaram. **4. Apresentação do “Programa Cumpram-se”**: inicialmente
263 Marcel agradeceu o espaço de fala e apresentou-se aos(às) presentes. Sobre
264 o programa, Marcel estabeleceu que é um convite a toda militância e agentes
265 do Estado do Paraná para que em conjunto seja possível buscar e garantir os
266 direitos humanos. O “Programa Cumpra-se” é um projeto estratégico que busca
267 a garantia que controle social insira efetivamente as 5 decisões do STF (União
268 Estável entre pessoas do mesmo sexo; Casamento de Pessoas do mesmo
269 sexo/gênero; retificação de nome/gênero em cartório; derrubada de normas
270 que proíba LGBT's de doar sangue; a criminalização da LGBTIfobia). O
271 Programa funciona por meio de uma ponte entre Estado e Sociedade Civil, se
272 adequando dentro do Objetivo 16 dos Objetivos de Desenvolvimento
273 Sustentável da ONU. Visto isso, o Programa Cumpram-se busca articular a
274 Sociedade Civil em conjunto com a Secretaria de Segurança Pública,
275 Ministérios Públicos, Defensorias Públicas, Conselhos Estaduais LGBTI's e
276 Comitês LGBTI's na luta pela garantia de seus direitos. Marcel relatou que já
277 houve contato com unidades da federação e respostas para a construção de
278 políticas públicas mais eficazes. Logo após, Marcel colocou-se à disposição

COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO ESTADO DO PARANÁ

279 para quaisquer esclarecimentos que fossem necessários acerca do programa e
280 parabenizou toda a militância presente na reunião. Liza indagou se o projeto se
281 destina a todas as instituições LGBT's ou apenas as filiadas à Aliança Nacional
282 LGBTI, pois até agora sua instituição nunca foi consultada acerca de
283 propostas, emendas e projetos etc... Marcel respondeu que a parceria com o
284 "Programa Cumpram-se" não há financiamento, sendo apenas trabalho
285 voluntário executado em conjunto com as entidades parceiras da Aliança
286 Nacional LGBTI da forma mais transparente possível. Ana pontuou que as
287 problemáticas que a Sociedade Civil encontra na execução de suas ações
288 devem ser resolvidas no âmbito da Sociedade Civil, sendo esse Comitê um
289 espaço consultivo para a deliberação de políticas públicas para a população
290 LGBT. O Dr. Rafael mencionou que havia conversas para a criação de uma
291 Delegacia específica contra crimes de ódio, porém, devido a falta de recursos e
292 estrutura para a criação, foi sugerida uma solução intermediária, esta que
293 consiste na ampliação das atribuições do setor dos vulneráveis, de maneira
294 que todo o setor de vulneráveis passasse a atender todos os casos de
295 LGBTfobia, inclusive aqueles com o autor já conhecido. Liza pontuou que o
296 nível dos outros segmentos é muito abaixo da violência contra as pessoas
297 trans, portanto não é coerente esses espaços segmentados sugeridos pelo Dr.
298 Rafael. Portanto, a Delegacia da Mulher deve ser melhorada e ampliada para
299 melhor atendimento das pessoas trans. Ana pontuou a importância do Núcleo
300 de Vulneráveis independente de autoria conhecida ou desconhecida, pois é um
301 Núcleo que está se especializando no atendimento de diversos grupos de
302 vulneráveis e portanto, atualmente é uma delegacia de referência. Ainda, a Ana
303 sugeriu o envio de um ofício à Coordenação das Delegacias da Mulher na
304 Secretaria de Segurança Pública, em atenção à fala da Jéssica sobre o
305 atendimento e o desrespeito de pessoas trans nas delegacias, sugerindo
306 encaminhamentos sobre o atendimento de mulheres trans pelas Delegacias da

COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO ESTADO DO PARANÁ

307 Mulher, solicitando informações sobre as orientações atuais e informando sobre
308 a ocorrência de Maringá. Karollyne mencionou que em 2019 realizou várias
309 conversas com a Dra. Márcia, coordenadora das Delegacias da Mulher no
310 Estado do Paraná, deixando claro que a Delegacia tem um atendimento
311 específico voltado à violência doméstica. Portanto, se mulheres trans sofrerem
312 casos de violência doméstica, elas serão atendidas na Delegacia da Mulher,
313 casos de violência “comum” ou outras são atendidas nos Distritos Policiais.
314 Portanto, a ampliação do Núcleo de Vulneráveis é um importante primeiro
315 passo para que as pessoas trans obtenham um espaço dentro da Polícia Civil.
316 O Dr. Rafael indicou que a proposta do setor de vulneráveis é investigar os
317 crimes de racismo, xenofobia, intolerância religiosa e LGBTfobia. A Rose
318 indagou se existe alguma ouvidoria ou entidade para denúncias de desrespeito
319 no atendimento de pessoas trans nas delegacias, pois diversos casos de
320 agressões não foram enquadrados como transfobia, apenas como casos
321 comuns de agressão. Marcel ressaltou que a delegacia especializada é um
322 desafio, não podendo apenas atender a região de Curitiba ou macrorregiões.
323 Sendo assim, não somente deve-se criar delegacias especializadas, mas
324 contratar e capacitar profissionais para que as leis sejam estabelecidas e o
325 atendimento seja realizado de forma correta. A Ana respondeu para Rose que
326 há as estruturas do GT LGBT da SESP, Comitê LGBT, Núcleo LGBT do
327 Ministério Público e Defensoria Pública para que sejam realizados os
328 encaminhamentos sobre denúncias de casos de transfobia nas próprias
329 delegacias. Por fim, Ana indicou que o restante das pautas ficarão para a
330 próxima reunião. Sem mais assuntos a serem tratados, a coordenadora Ana
331 agradeceu a participação de todos, todas e todes e encerrou a reunião. A
332 presente Ata foi lavrada por Davi da Rosa e corrigida pela Residente Técnica
333 Daiane Pego e revisada pela servidora Ana Raggio.